

RESENHA BIBLIOGRÁFICA

CONZE (E.). — *Buddhism. Its Essence and Development*. Bruno Cassirer. Oxford University Press. London. 1967. 220 pp.

Este livro consegue dar, de um ponto de vista científico, uma visão clara de tôdas as facetas do pensamento budista. Fundado em um prolongado estudo das fontes originais, não sòmente acrescenta algo ao nosso atual conhecimento dos fatos mas também torna inteligível muito dos problemas que até recentemente confundiam os estudantes ocidentais. Em particular, os resultados das pesquisas realizadas durante as últimas décadas sòbre o Budismo Mahayana, são aqui expostos de maneira sistemática.

A introdução fixa o lugar do budismo na tradição espiritual da humanidade. A primeira parte do livro discute os aspectos fundamentais tanto do budismo monástico quanto do popular.

A segunda parte compreende um estudo das principais escolas de pensamento budistas, o qual torna evidente o desenvolvimento lógico de cada fase a partir da anterior.

As doutrinas budistas de tôdas as seitas são interpretadas como igualmente provenientes de um impulso original, como expressões de uma mesma atitude perante a vida. Com agudeza de espírito, o autor traça o modo de vida, o senso dos valores, a técnica de meditação que moldaram a comunidade budista durante cêrca de 2.500 anos.

O trabalho de E. Conze destina-se a uma grande variedade de leitores. Contém informações de grande inteirêsse não só para os estudantes de religião e arte orientais, mas também para os especialistas em filosofia, psicologia e história.

CARLOS ALBERTO NARDY

* * *

MOSCATI (S.). — *L'epigrafia ebraica antica 1935-1950* (Biblica et Orientalia 15), Pontificio Istituto Biblico, Roma, 1951. XIX + 123 págs. 34 pranchas. L. it. 4500; \$7.50.

Pode parecer estranho o fato de sòmente agora falarmos de um trabalho, que se publicou em 1951. E' que sòmente agora o obtivemos para êste fim, certos, de antemão, de que a obra de tal autor, professor da Universidade de Roma, com valiosas contribuições para a filologia semítica, e diretor de diversas expedições arqueológicas, sobretudo nas antigas colônias fenícias, nada teria perdido de seu valor

Com efeito, pudemos verificar posteriormente com satisfação, que o presente estudo figura com sigla própria -EEA-, e freqüentemente se cita na parte corres-

(*) — Solicitamos dos Srs. Autores e Editôres a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica (*Nota da Redação*).

pondente à epigrafia hebraica, em H. Donner-W. Röellig, *Kanaanäische und aramäische Inschriften* (≡ KAI) II, Wiesbaden 1964, 180-201, e que sua obra, quanto a esta parte, é mais completa, por incluir tudo quanto na época se conhecia não só de inscrições hebraicas propriamente ditas, mas de tudo aquilo que de algum modo cabe à epigrafia, isto é, todos os objetos que apresentam vestígios de escrita semítica antiga, embora, como expressamente nota o autor (p. IX), nem sempre seja fácil determinar o caráter nitidamente hebraico de determinado documento, quando êle é breve demais para distingui-lo com exatidão do fenício ou de outra língua semítica vizinha, que têm, tôdas, raízes e palavras comuns com o hebraico.

O título indica que o autor quer expor e analisar a evolução dos conhecimentos no campo da epigrafia hebraica antiga de 1935 a 1950, ano anterior à publicação da obra. A data de 1935 explica-se pelo fato de ter sido publicado no ano precedente a obra clássica de D. Diringer, *Le iscrizioni antico-ebraiche palestinesi*, Firenze 1934, pois a obra de Moscati praticamente não pretende ser senão uma atualização daquela até 1935, referente igualmente ao período anterior ao exílio da Babilônia (p. IX). Isto se nota, por exemplo, pelo fato de termos uma discussão bastante longa da famosa inscrição do canal de Siloé (p. 40-43), mas **não uma tradução, fato lamentável para quem não tem acesso a outras obras congêneres**. Lamentável para nós é também a omissão dos igualmente famosos óstraca de Laquich, do tempo de Jeremias. O autor a explica pelo fato de já existirem dêles, naquele tempo, duas edições, em inglês e em hebraico, ambas da autoria de H. Torczyner, e o de se anunciar uma edição atualizada num volume posterior da edição oficial das escavações daquela cidade.

Por outro lado, encontrará o leitor tal abundância de material, que ela por si só não apenas comprova a investigação independente e competente do autor, ricamente documentada e baseada em ampla bibliografia e completada por um estâgio em Londres, para examinar em primeira mão o material epigráfico aí existente (p. XI), mas ainda permite o uso independente da obra como tal, a quem não tem acesso a outras obras congêneres em geral, e à de D. Diringer em particular.

Temos, com efeito, depois do prefácio e do elenco das abreviaturas e das pranchas (p. IX-XVII), do sistema de edição e de transcrição dos alfabetos hebraico e árabe (p. XVIII), uma introdução, onde se dá conta das mais recentes expedições arqueológicas na Palestina, entre 1928 e 1938, cujos resultados se publicaram depois de 1935.

Examinam-se, em seguida, em nove capítulos, a taboinha de Gezer, o mais antigo calendário agrícola conhecido; os óstraca de Samaria (cidade), os de 1910 e um de 1932; a inscrição do canal de Siloé, nêle gravada quando se encontraram as duas turmas de trabalhadores que haviam começado a escavar de cada ponta; o óstracon do Ofel, a colina ao sul do templo, antiga cidade de Davi; os sinetes ou selos de todos os tipos, com representações de figuras ou apenas inscrições; os *bolli*, particulares e régios, ou marcas e impressões de sinetes em asas de ânforas; os pesos inscritos; os marfins de Samaria, e, enfim, várias inscrições novas, discutindo-se sempre os problemas de datação e os estudos mais recentes sôbre o material já conhecido.

Conclui-se o volume com vários índices (p. 117-123) e 34 pranchas, sendo a primeira delas um mapa com a indicação das escavações realizadas na Palestina, e a última um táboa alfabética, que permite comparar entre si os diversos tipos de escrita semítica, hebraica, moabítica e fenícia, e acompanhar sua evolução. O conteúdo das outras, que apresentam de um a dezoito clichês cada uma, conforme o tamanho, é descrito no elenco à p. XVI-XVII, onde igualmente se indicam as obras em que primeiramente se publicaram os respectivos objetos.

O autor dedica sua obra a seus professores do Pontifício Instituto Bíblico de Roma, pois, apesar de pertencer à religião israelita, freqüentou aquêlo Instituto, quando, em pleno regime fascista, não havia outra possibilidade para êle prosseguir seus estudos semíticos. Lembramo-nos da primeira vez em que êle, como único "civil", se apresentou com nôvo colega nas aulas de hebraico, comuns às duas Faculdades, a Bíblica e a Oriental, daquele Instituto. Além de dar provas de sua gratidão, atesta êle ainda a competência dos jesuítas professores seus, que souberam iniciar seus passos na carreira brilhante de pesquisador, que desde então percorreu, e que desejamos se prolongue por muitos anos para proveito nosso.

O leitor interessado num catálogo das outras publicações de caráter científico, referentes às ciências bíblicas e às línguas orientais e aos documentos que interessam o pesquisador da História, das revistas (entre elas o monumental *Elenchus Bibliographicus Biblicus*, internacional e anual) e "*slides*" (arqueologia bíblica e oriental), publicadas por aquêlo Instituto em seus sessenta anos de existência, contendo igualmente obras de outros autores, de projeção internacional, que não professores, pode dirigir-se a: Amministrazione Pubblicazioni — Pontificio Istituto Biblico — Piazza della Pilotta 35 — I-00187 Roma.

D. JOÃO MEHLMANN O. S. B.

* * *

JONGE (M. de). — *Testamenta XII Patriarcharum*. Edited According to Cambridge University Library MSS Ff. 1. 24, fol. 203a-262b with Short Notes (Pseudepigrapha Veteris Testamenti Graece. Volumen Primum), E. J. Brill, Leiden, 1964, XVIII + 86 págs.

BROCK (S. P.) e PICARD (J.-C.). — *Testamentum Iobi. Apocalypsis Baruchi Graece* (Pseudepigrapha Veteris Testamenti Graece. Volumen Secundum), ib. 1967, 96 págs.

Temos em mãos os dois primeiros fascículos da nova coleção: *Pseudepigrapha Veteris Testamenti Graece*, publicada sob a direção de A.-M. Denis e M. de Jonge. Não trazem uma introdução geral, nem um plano da série tôda, mas podemos tentar esboçá-lo por via indireta.

Cumprе notar, em primeiro lugar, que os católicos costumam designar simplesmente como livros *apócrifos* do Antigo Testamento tôdas as obras judaicas que não foram incorporadas pela Igreja no cânon do Antigo Testamento, ao passo que aquêles que seguem o cânon judaico mais limitado, costumam distingüir, em ge-

ral, entre livros *apócrifos* (*Sabedoria, Eclesiástico, Tobias, etc.*), que os católicos designam pelo termo pouco feliz de deutero-canônicos, e livros *pseudepigráficos*, ou seja, aqueles livros não canônicos, que se atribuíam a algum personagem célebre do Antigo Testamento, como Moisés, Salomão, Elias, etc., para granjear-lhes maior autoridade, como demonstram precisamente os dois fascículos em aprêço. Além disso, a coleção expressamente se limita àquêles pseudepígrafos, que se conservaram apenas em grego, o que vem limitá-la ainda mais. Acresce, enfim, que a mesma editôra anunciava (em catálogo de 1968) como vol. 1º da série: *Studia in Veteris Testamenti Pseudepigrapha*, a cargo dos mesmos editôres, uma *Introduction aux pseudepigraphes de l'Ancien Testament*, da autoria de A.-M. Denis, um dos coeditôres de ambas as séries.

Estudar-se-ão neste volume: 1. — O livro grego de Henoc; 2. — O Testamento de Abraão; 3. — O livro da Oração de Asenate; 4. — Os Testamentos dos XII Patriarcas; 5. — O Apocalipse de Moisés (= Vida de Adão e de Eva) e o ciclo de Adão; 6. — Os dezoto Salmos de Salomão; 7. — Os Paralipômenos de Jeremias ou Restos das Palavras de Baruc; 8. — O Apocalipse grego de Baruc (dito 4º livro de Baruc e 3º livro de Baruc); 9. — A Vida dos Profetas; 10. — O Apocalipse de Sedrac; 11. — O Testamento de Jó; 12. — A Carta de Aristéias a Filócrates; 13. — Os Oráculos Sibílinos: Fragmentos e Suplementos.

Se podemos supor que a coleção em aprêço dará estas obras tôdas, vemos que ela, embora restrita, nos oferecerá algumas das obras apócrifas ou pseudepigráficas que mais de perto interessam o estudioso da literatura e teologia judaicas do chamado período intertestamentário, e de sua eventual influência na teologia e terminologia cristãs, enquanto a Epístola de Aristéias relata a origem lendária da versão grega dos Setenta.

Podemos informar que a mesma editôra já publicou em outra série, acompanhada de tradução francesa, o romance de José do Egito e de sua esposa egípcia Asenate, sob o título de *Joseph et Asénath. Introduction, texte critique, traduction et notes*, por M. Philonenko (*Studia Post-Biblica XIII*, Leiden 1968). Além disso, em recentíssimo catálogo, a mesma editôra nos informa que se acha no prélo o 3º volume da coleção de que nos ocupamos: *Apocalypsis Henochi Graeca — Fragmenta Pseudepigraphicorum quae supersunt Graeca*, da autoria de M. Black e A.-M. Denis.

Quanto aos Testamentos dos Doze Patriarcas em particular, a opinião corrente era a de que fôsssem originariamente escritos em hebraico no século II/I a.C., e traduzidos e interpolados por um cristão, o que explicaria as afinidades com o Nôvo Testamento. Hoje em dia, em vista de se terem encontrado vários dêstes Testamentos isolados em hebraico e aramaico entre os Rolos do Mar Morto, adianta-se a hipótese de os mesmos terem sido reunidos mais tarde numa só obra, traduzidos diretamente por um cristão que os “reviu” a seu modo.

Como se diz expressamente na introdução, a edição presente não pretende substituir a edição de R. H. Charles (Oxford 1908), mas apenas dar o texto dos Testamentos classificado como “b”, precisamente o do manuscrito de Cambridge indicado no título, texto que o editor julga ser o melhor, facilitando destarte o estudo do próprio R. H. Charles.

Um breve aparato crítico trata dos erros do manuscrito, e oferece variantes de outros, bem como de outras versões antigas da obra. A identificação das citações e afinidades com o Antigo e o Nôvo Testamento fica a cargo do leitor, assim como também a das interpolações cristãs. De qualquer modo o estudioso terá em mãos um valioso instrumento de trabalho para controlar, por exemplo, a edição que se encontra na Patrologia grega de J.-P. Migne (PG 2,1370C-1149C), acompanhada da tradução latina de Roberto de Lincoln (ib. 1038C-1150C).

Semelhante é a edição do segundo voluminho, que contém o Testamento de Jó, originariamente composto em grego, ao que parece, no século II d.C., e o Apocalipse grego de Baruc, obra judaica novamente interpolada pelos cristãos, talvez da primeira metade do século II d.C. Vê-se por aí que os apócrifos do Antigo Testamento não são necessariamente anteriores ao Nôvo Testamento, mas designam-se como tais por pretenderem pertencer ao Antigo.

O texto de ambas as obras é precedido de uma introdução da autoria dos respectivos editôres, onde se trata dos códices, das edições anteriores e do método seguido na edição presente.

Cumpre acrescentar que a coleção dá apenas o texto grego sem tradução, o que confirma que ela se destina aos estudiosos. Contudo, também entre nós já existe um bom número de exegetas, teólogos e estudiosos das letras clássicas, que gostariam de poder consultar em primeira mão os documentos mencionados, e folgariam em saber que eventualmente podem consultá-las nas bibliotecas de nossas faculdades, seminários e conventos.

Fazemos votos para vermos em breve completa esta coleção, breve, sim, mas importante e extremamente útil, por facilitar a consulta direta, em edição crítica, de obras que se encontram espalhadas em outras coleções, ou que só são acessíveis nalguma tradução. E' escusado dizer que, em se tratando de publicações da firma E. J. Brill, a apresentação é perfeita. O preço do primeiro voluminho é de 12 florins, o do segundo de 26.

D. JOÃO MEHLMANN O. S. B.

* * *

COMMAGER (Henry Steele), PELTO (Pertti J.), ROSE (Caroline B.), MARTIN (Richard S.), MILLER (Reuben), SORAUF (Francis J.) e BROEK (Jan). Com notas de MUESSIG (Raymond) e ROGERS (Vicente R.). — *Social Science Seminar Series*. Charles E. Merrill Books Inc., de Columbus, Ohio. Tradução brasileira sob o título *Iniciação aos Estudos Sociais*. Zahar Editôres. Rio de Janeiro. 6 volumes.

Os que lecionam nos primeiros anos de qualquer escola superior conhecem o problema. Não é nada fácil a iniciação dos estudantes que vêm do curso secundário, trazendo todos os seus vícios e defeitos, na vida universitária, com problemas novos, métodos novos e sobretudo perspectivas novas. O ranço ginásiano arrasta-se não raro por todo o curso universitário, criando situações embaraçosas,

tanto para professores como para estudantes. Lamentavelmente o ensino médio entre nós não coloca o aluno em condições de acompanhar um curso superior como ele realmente deve ser feito. Suprir deficiências e contornar dificuldades, eis a grande tarefa de quem têm a seu cargo lecionar para os iniciandos de qualquer curso universitário. Convém insistir na generalização: de qualquer curso, porém, especialmente nos cursos que demandam, como pré-requisitos, uma certa formação humanística e de conhecimentos gerais. A situação dos cursos de ciência pura ou aplicada talvez seja um pouco melhor. Mas não há de ser muito.

Uma vez que não temos esperança de melhoria do curso secundário (ao contrário, tudo nos leva a prever dias piores...) não nos cabe senão lançar as vistas para a contribuição editorial, esperando dela a preparação e publicação de livros básicos para a iniciação dos estudantes nas matérias que escolheram. E sob este aspecto — convenhamos — alguma coisa boa já tem sido feita. Tais considerações vieram-nos à mente ao examinar a série de manuais de iniciação que, em boa hora, Zahar Editores lançaram com o título geral de *Iniciação aos estudos sociais*. Seis volumes bem apresentados, bem traduzidos e alguns revistos na sua terminologia específica, que certamente poderão ser utilizados com proveito pelos “calouros” brasileiros no campo da Antropologia, da História, da Economia, da Geografia, da Sociologia e da Ciência Política. A coleção original foi preparada com o título de *Social Science Seminar Series* e publicada por Charles E. Merrill Books Inc., de Columbus, Ohio, nos Estados Unidos. Visa, como o título o indica, não apenas à iniciação nessas matérias, mas aos programas de seminários que elas exigem, um tipo de atividade muito comum nas universidades estrangeiras e que, aos poucos, vai se introduzindo também entre nós, com reais vantagens no sentido de tornar menos teóricos os estudos e menos discursivas as aulas, apelando mais para a capacidade de trabalho dos estudantes.

A preocupação maior que orientou a preparação dessa coleção foi a de selecionar, em cada campo das ciências sociais, os conceitos fundamentais, as grandes linhas de estudo, bem como aquilo que cada campo isolado possui de comum com os outros de modo a formar uma infraestrutura integrada desses estudos que se constitua em base sólida para futuras especializações, seja em uma dessas ciências sociais, individualmente, ou ainda, dentro de seu âmbito, em uma determinada linha de estudos. Aos vários cientistas sociais chamados a colaborar na elaboração dessas “Iniciações”, solicitou-se que partissem da própria natureza do estudo de cada uma dessas matérias, descrevendo depois seu desenvolvimento histórico, especificando os métodos de trabalho e pesquisa por ela adotados, para então apresentar as idéias básicas que surgiram de seu campo, bem como seus problemas atuais.

E' importante considerar — como lembra, aliás, o apresentador da coleção — que os volumes que a integram devem ser usados como ponto de partida para estudos futuros, abrindo caminhos e despertando no jovem que se inicia nas ciências sociais o interesse por esses estudos, apresentando-lhe de forma esquemática as noções básicas que, por elementares que seja, são indispensáveis a qualquer aprofundamento posterior. Quando mais forte é a tentação da máquina, da técnica pura e da automatização, deve-se manter cada vez mais presente nessa própria

dimensão humana. Talvez esta, a maior contribuição dos estudos sociais para o homem moderno.

Pelos seis volumes dessa importante coleção que Zahar Editôres lançaram no mercado brasileiro, respondem nomes de responsabilidade nos campos de sua especialidade: Henry Steele Commager (História), Pertti J. Pelto (Antropologia), Caroline B. Rose (Sociologia), Richard S. Martin e Reuben G. Miller (Economia), Francis J. Sorauf (Política) e Jan Broek (Geografia). Todos têm boa experiência de ensino universitário, como o demonstra o tratamento que sabem dar aos problemas fundamentais de suas disciplinas. Todos os volumes contêm um capítulo suplementar com “sugestões de métodos para professores”, elaborado por Raymond H. Muessig e Vicent R. Rogers. Talvez nestas sugestões é que resida a única parte criticável da coleção, pois destinando-se a estudantes norte-americanos, tais sugestões nem sempre atendem aos interesses dos estudantes brasileiros. E a pura teorização neste particular pouco adianta, como a experiência já tem demonstrado. Todavia, isto em nada diminui os méritos dos volumes. Afinal de contas, eles não foram escritos para nós. Nós é que fomos buscá-los. Cabe ao professor adaptar ao nosso meio e às nossas condições universitárias o que a experiência provou bem em outros países.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* *
*

LOPES (Alfeu Domingues). — *Spinello Benci, primeiro bispo de Montepulciano: um bispo nos tempos imediatos ao Concílio de Trento*. São Paulo. 1969. 86 pp.

Constitui o presente trabalho parte de uma tese de doutoramento apresentada pelo autor à Pontifícia Universidade Gregoriana. A tese completa versa sobre *A diocese de Montepulciano desde a sua fundação até a administração de São Roberto Belarmino (1561-1611)*. É um estudo de uma diocese no tempo da restauração católica, nos cinquenta anos imediatos ao concílio tridentino, tempo que já foi chamado época de ouro na História da Igreja. Spinello Benci dirigiu a diocese durante 34 anos. Eleito bispo, partiu imediatamente para Trento, a fim de tomar parte no concílio. De volta à sua diocese, empenha-se em aplicar as decisões conciliares. É este aspecto da vida do grande bispo que o autor focaliza neste quarto capítulo de sua tese, ao qual deu individualidade, publicando-o em avulso. Para a sua elaboração, realizou o Prof. Alfeu Domingues Lopes acurada pesquisa nos arquivos do Vaticano, de Florença e de Montepulciano, produzindo, assim, o valioso trabalho, não de simples erudição, como à primeira vista pode parecer, mas de real interesse para a história da Igreja.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* *
*

GONÇALVES (Alfredo Machado). — *Tipografia Portuguesa — Livros impressos no século XVI existentes na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada*. Publicação patrocinada pelo Ministério da Educação Nacional. Direção Geral do Ensino Superior e Belas-Artes. Ponta Delgada. São Miguel, Açores. 1968. XI + 163 pp.

Quando, há cerca de cinco anos, estive em Ponta Delgada fazendo um pesquisa nos livros de Antero de Quental que o Poeta expressamente doou à Biblioteca Pública da bela Capital do Arquipélago dos Açores, tive o privilégio de travar amizade com o seu Diretor, o Dr. Alfredo Machado Gonçalves, professor do Liceu da Cidade, homem de invulgar saber e de trato amável, incansável estudioso das coisas de sua terra e de sua gente. Estava êle, justamente naquela altura, instalando o moderno aparelhamento que o governo de Lisboa fornecera à Biblioteca para microfilmagem e fotografia de documentos do preciosíssimo arquivo que, há anos, a Junta Geral Autônoma mantém sob sua competente direção.

E', de fato, comovente para um pesquisador estrangeiro, mas da mesma tradição lusíada, ir encontrar no coração do mar Tormentoso, entre as maravilhosas ilhas de Gonçalo Velho, em meio àquelas impressionantes montanhas, lagos e crateras, possíveis testemunhas derradeiras da Atlântida perdida, é, dizia, comovente ir encontrar ali um socegado recanto de meditação e estudo, santuário de recordações anteriores, onde se respiram as motivações de alguns dos mais belos versos de nossa língua. E' é bom descobrir que o sacerdote e guardião das venerandas relíquias é o amigo Prof. Gonçalves.

Lembro-me de que, ao contar-me de seus planos de publicações, mencionou, como um dos frutos do paciente trabalho a que vinha dedicando a vida, o livro que ora apresento. Faz precisamente um ano que mo enviou, e lamento que somente agora tivesse tido o vagar de lê-lo e comentá-lo. Na carta em que me anunciava a remessa do volume, escreveu: "E' um "catálogo" de obras impressas em Portugal, no século XVI, e existentes aqui na Biblioteca, cuja intenção é de dar a conhecer a existência, nestas longínquas paragens atlânticas, de algumas espécies raras. Vamos a ver se consigo fazer a parte do século XVII, que é muito maior". Promete-nos, portanto, o prof. Gonçalves, outro volume que será de grande utilidade para os interessados na antiga bibliografia portuguesa.

O presente trabalho, apesar de suas dimensões modestas, é obra digna de figurar ao lado dos de Sousa Viterbo (*O Movimento Tipográfico em Portugal no século XVI*), publicado em Coimbra, em 1924; Joaquim de Carvalho (*Livros de D. Manuel II*), publicado em 1950, igualmente em Coimbra; e o próprio Inocêncio.

Compreende o "catálogo" 173 livros impressos em tipografias portuguesas, principalmente de Lisboa e de Coimbra, no século XVI. Dada a informação de Tito de Noronha, em livro escrito em 1874, de que fôram publicados em Portugal, naquele século, 900 obras, incluídas as anônimas; ou mesmo a notícia de Viterbo, que eleva o número para 1200, ou a de Joaquim Anselmo que a eleva para 1312, é a coleção de Ponta Delgada proporcionalmente considerável.

O volume do Prof. Gonçalves tem XI + 163 páginas e divide-se em três seções: 1). — Relação dos títulos por ordem alfabética dos autores (págs. 1-128);

2). — Lista dos “impressores quinhentistas que no presente trabalho figuram” (págs. 129-137); 3). — Marcas tipográficas usadas pelos impressores mencionados na publicação (págs. 139-153). No final, o índice dos Autores, o dos títulos e o dos impressores.

O método observado é o seguinte. Cada título é dado, em síntese e em linguagem moderna, à margem direita da página e o autor à esquerda. Logo abaixo, no centro, a data da impressão, o lugar e o impressor. Abaixo, em seguida ao número de ordem da relação, o título original completo, em linhas corridas, e os demais dados bibliográficos existentes na mesma página de rosto, e na forma em que ocorrem. Depois, quando é o caso, o que está no colofon. A seguir, dois parágrafos em corpo miúdo, contendo o primeiro as características do volume quanto à encadernação, dimensão, número de páginas, tipo usado, etc., e, o segundo, todos os lugares onde se fazem referência ao volume em questão: Inocêncio, Gusmão, Barbosa, etc. Por último, as indicações relativas ao tombamento, secção da biblioteca e lugar na estante onde se acha o livro.

Há também, com relativa freqüência, fotografia dos frontispícios.

Quanto aos impressores, traz o livro uma pequena biografia de cada um, com dados de grande interesse humano e histórico.

Não gostaria de terminar esta nota sem fazer algumas observações pessoais, terminada a leitura do trabalho do Dr. Gonçalves.

Sabemos que as bibliotecas de Teófilo Braga, Antero de Quental, José do Canto, Ernesto do Canto, do antigo Convento local, constituem a parte maior do acervo da Biblioteca Pública de Ponta Delgada, onde aquelas são conservadas em secções e estantes próprias. Nos fichários, muito bem organizados, as indicações são precisas, a esse respeito: Assim, por exemplo: Petri Nonii Salaciensis, *De Crepusculis Liber Unus. Item Allacen Arabis vetustissimi, de causis crepusculorum*, etc. etc. J. C. 3774. (J. C. = José do Canto).

E', pois, muito fácil saber de onde provém o livro que nos interessa, isto é, a quem pertenceu antes de vir a fazer parte da Biblioteca Pública. Torna-se, portanto, fácil também fazerem-se certas especulações que podem vir a ser de alguma utilidade.

A primeira coisa que imediatamente se verifica é que nem Antero de Quental, nem Teófilo Braga possuíam livros impressos no século XVI em Portugal, salvo se a algum deles tenha pertencido o *Contemptus Mundi*, de Tomás à Kempis, ou o Hieronimi Osorii, *De Vera Sapientia*, os únicos que não trazem, no catálogo, nenhuma informação quanto à origem. Dos 171 que a possuem, 120 vieram da Biblioteca de José do Canto, 37 da do Convento, 10 da de Ernesto do Canto, e 4 da de Eugênio do Canto.

Outro fato interessante é que, dos 173 títulos quinhentistas, 2 tratam de História Eclesiástica, 72 de Teologia Mística, 1 do Evangelho da Missa e 2 são índices *Librorum prohibitorum*, ao todo, até aqui, quase a metade do acervo: 77 obras dedicadas a temas religiosos. Contudo, nem um exemplar das Escrituras Sagradas, com exceção do da seleção de textos evangélicos para a liturgia da Missa. Os outros 96 títulos abrangem as áreas da educação primária, da História e da Ciência.

Entre êsses livros religiosos, aparecem dois volumes de Bulas papais, ambos de 1575, um Catecismo e uma obra sôbre o livre arbítrio. Na área da História, há um sôbre o cisma da Inglaterra.

Observo êstes pormenores, que considero importantes para a compreensão da atmosfera religiosa da época em Portugal, porque, como é sabido, o século XVI foi realmente o século da “descoberta” da Bíblia. Por outro lado, se o ambiente era de combate à *heresia* protestante, a melhor forma de combatê-la teria sido, naturalmente, divulgar as fontes puras dos Evangelhos e das Escrituras em geral, pelas quais se patenteassem os erros teológicos, que os hereges difundiam pelo mundo. Mas isso é outro problema, e não diz respeito sômente a Portugal.

No que concerne ao interêsse pela edição da Bíblia naquele século, ocorreu-me ir consultar o conhecido catálogo, publicado no Rio de Janeiro em 1895, das Biblias existentes na nossa Biblioteca Nacional, e fazer algumas comparações.

Existiam, em 1895, cêrca de 75 exemplares da Bíblia, ou porções dela, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, editadas no século XVI em várias partes da Europa. Nenhuma de Portugal. Nenhuma em português, nem do Velho nem do Nôvo Testamento. Em latim, 19 de edições católicas, cêrca de 18 de edições protestantes; em hebraico, uma católica, com autorização eclesiástica, duas de edição protestante, e quatro, de edição judaica; políglotas, uma católica (do Cardeal Ximenes), outra protestante, de Heidelberg; da Septuaginta, 5; da Vulgata comparada com o texto de Erasmo, uma; do Saltério e outros livros sapienciais, e de alguns profetas, sempre em latim, 7 ou 8; do Nôvo Testamento, em latim, 6; o texto grego,³ o texto de Erasmo, 3. De edições em línguas vernáculas, todas protestantes, uma em toscano, 1 em francês, 2 em espanhol, de edições diferentes, mas feitas, naturalmente, fora da Espanha, e 1 holandesa. Logo no comêço do século XVII, entre 1602 e 1641, a Biblioteca Nacional possui 6 exemplares da Bíblia, sendo 4 de edição protestante: uma italiana, feita em Genebra, duas espanholas, feitas na Holanda, e outra francesa, feita também em Genebra “por professôres e pastores dessa cidade, e que, no catálogo, mereceu uma nota especial: “Bíblia calvinista”...

Com uma tão grande abundância de Biblias editadas naquele século de fantástico interêsse religioso; é realmente de se estranhar que bibliotecas particulares tão ricas, para o tempo, como as que vieram a constituir a Pública de Ponta Delgada, não possuíssem um exemplar sequer das Escrituras.

A mesma coisa poder-se-ia dizer também da Biblioteca de D. Manuel II, cujos livros fôram em 1950 apresentados pelo notável pesquisador e professor de Coimbra, o Dr. Joaquim de Carvalho, (*Livros / de / D. Manuel II / Manuscritos, incunábulo, edições quinhentistas, / camoneana e estudos de consulta / bibliográfica*, selecionados / e apresentados por / Joaquim de Carvalho / Atlântida — Coimbra / 1950 (108 págs.)). Nessa riquíssima livraria, existem, do século XVI, 228 títulos. Nenhuma Bíblia completa. Existe um Saltério em latim, um comentário, em latim, a Marcos, outro a Daniel, de Fr: Heitor Pinto, e pronto. Naturalmente, catecismos, missais, livros sôbre casos de consciência, índices de livros proibidos, e, também, uma obra que ajuda a explicar tudo, pu-

blicada em 1550, sobre a Bíblia e a autoridade exclusiva do Papa de interpretá-la, mas mesmo assim, escrita em Latim.

Enfim, como se vê, muita coisa sugere, a leitura do livro do professor de Ponta Delgada. Tenho para mim, que a nossa Biblioteca do Departamento de História poderia, por exemplo, solicitar ao Prof. Gonçalves cópias microfilmadas de algumas das obras raras de interesse histórico na sua Biblioteca existentes, que talvez pudessem ser adquiridas ou permutadas por outras nossas que pudessem interessar aos estudiosos da Ilha.

Entre aquelas, poderia citar, como exemplo:

Comentários do Grande Afonso de Albuquerque, Capitão Geral que foi das Índias Orientais, Lisboa, 1576; *O Preste João das Índias*, do Pe. Francisco Álvares. Lisboa, 1540; *O Primeiro cerco que os turcos puseram à fortaleza de Diu*, de Francisco de Andrade, Coimbra, 1589; *Sucesso do Segundo Cerco de Diu*, de Jerônimo Còrte Real, Lisboa, 1574; *Leis e provisões que el Rei D. Sebastião, nosso senhor fêz depois que começou a governar*, Lisboa, 1570; *Os livros primeiro e segundo das Ordenações com sua tabuada...*, Lisboa, 1514; *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugêses*, de Fernão Lopes de Castanheda, Coimbra, 1551 a 1561 (do primeiro ao oitavo livro); *História da Vida do Padre Francisco de Xavier*, pelo Pe. João de Lucena, Lisboa, 1600; *Primeira parte das crônicas dos reis de Portugal*, de Duarte Nunes do Leão, Lisboa, 1600; *Leis extravagantes*, do mesmo Nunes do Leão, Lisboa, 1569; *De Rebus Emmanuelis Regis Lusitaniac*, de Jerônimo Osório, Lisboa, 1571; *Historia Eclesiástica del Scisma del Reyno de Inglaterra*, de Pedro de Ribadeneira, Lisboa, 1588; *Explicacion de la Bulla de la Sancta Cruzada*, do Fr. Manuel Rodrigues 1592, s. I; e, finalmente, para não abundar em demasia, o *Livro dos Privilégios concedidos pelos sumos pontífices*, do Pe. João de S. Pedro, Lisboa, 1594.

JORGE CESAR MOTA

* * *

MORAES (Rubens Borba de). — *Bibliografia brasileira do período colonial: catálogo comentado das obras dos autores nascidos no Brasil e publicadas antes de 1808*. Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo. 1969. 438 pp.

Uma valiosa doação de Chico Buarque de Holanda, em colaboração com seu pai, o historiador Sérgio Buarque de Holanda, permitiu ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo publicar esta importantíssima obra do grande mestre da bibliografia brasileira que é Rubens Borba de Moraes. Trata-se, como o subtítulo o indica, de um catálogo comentado das obras de autores brasileiros publicadas antes de 1808, elaborado com a erudição, o cuidado e a honestidade que já nos habituamos a ver em outros trabalhos do ilustre bibliógrafo. Edição primorosa, com *fac-simile* das páginas de rosto das obras mais importantes.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* * *

RODRIGUES (José Honório). — *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo. Companhia Editôra Nacional. São Paulo. (2a. edição), 283 págs.

José Honório Rodrigues acaba de lançar a terceira edição de *Teoria da História do Brasil* e a segunda de *A pesquisa histórica no Brasil*, “revista e aumentada”. Se a *Teoria* aparece bem modificada, a *Pesquisa* tem remodelação completa. Como se diz no prefácio, não se trata de nova edição, mas, realmente, de novo livro. Feita a leitura, percebe-se que o autor tem razão: estamos de fato diante de outra obra, seja pelo tamanho, seja pela qualidade. Quem conhecia a primeira tiragem, lê também esta — pois a matéria é quase tôda nova. O autor retomou o livro de 1952, com vários acréscimos ao capítulo que tratava da evolução da pesquisa, não só no que já apresentava antes como em tarefas significativas realizadas depois. De duas partes, o livro passa a ter seis.

A primeira — Preliminares —, que tinha seis pequenas páginas, aparece agora com quatorze páginas grandes. A segunda — evolução da pesquisa pública histórica brasileira — passa de 29 subtítulos a 41, com desdobramentos inclusive nos itens anteriormente tratados. O volume tem ainda de novo: a terceira parte — os instrumentos do trabalho histórico —, que é o capítulo. “As fontes históricas”, do livro *Teoria*, que fica mais exatamente colocado neste sobre a *Pesquisa*. Novas também são a quarta e quinta partes — Fontes da História Moderna e Contemporânea e Arquivos e Bibliotecas —, de extraordinário valor informativo. Tem-se, aí, a exata conceituação, seguida de exemplos, do que sejam documentos econômicos e sociais, diplomáticos e consulares, públicos (Executivo, Legislativo, Judiciário), jornais, revistas e periódicos, concluindo-se o que é dedicado às fontes de História Moderna e Contemporânea com itens sobre o filme e História e Literatura. Em “Arquivos e Bibliotecas”, há a apresentação dos principais Arquivos brasileiros — o Nacional, os Ministeriais, o do Itamarati, o do Exército, o dos poderes Legislativo e Judiciário, os dos Estados e de municípios, Institutos Históricos, eclesiásticos, de Faculdades, cartórios e até particulares. Não se faz só arrolamento das instituições, mas ainda o seu histórico, com a referência do conteúdo, estado de organização e conservação, além de críticas às suas deficiências. Trata-se também dos arquivos estrangeiros, notadamente portugueses, de modo a fornecer guia para os estudiosos, informando sobre instituições européas, japonesas ou de qualquer país americano. Finalmente, o estudo de Bibliotecas de interesse para o historiador, começando pela Biblioteca Nacional e com a análise de outras do país, do continente e da Europa. Tem-se ainda uma sexta parte, que esboça o Instituto Nacional de Pesquisa Histórica, que constituía a segunda parte na primeira edição. Contém, por último, vários anexos, com notícia de publicações, catálogos e arquivos particulares. Tem-se, pois, nova obra, não simples reedição.

Parece-nos que o maior elogio que se pode fazer a este livro não é dizer que ele é único no gênero, que constitui guia e auxiliar de valor para quantos se interessam pelo estudo da história do Brasil; não é dizer que ele ajuda não só no plano individual dos pesquisadores, mas no plano brasileiro, pois dá elementos para reconsideração, pelos poderes públicos, do material histórico indispensável à nação, que pode vir a ser privada dos instrumentos necessários, caso não atente

para recomendações como as que criteriosamente faz. A verificação dos dois aspectos, exata em toda linha, já constituiria elogio para um escrito e seu autor, assinalando a importância que têm. Parece-nos, contudo, que se deve dizer mais: é que só José Honório Rodrigues seria capaz de escrever o livro.

Obra fundamental na bibliografia brasileira, enriquecendo-a com um roteiro, levantamento, histórico da pesquisa e sugestões de alta valia, ela apresenta esta característica: exprime o seu autor e só poderia ser feita por ele. Requer profunda e fina sensibilidade histórica, compreensão da matéria no seu todo, ao mesmo tempo que informação extensa. Seria o caso de aplicar, forçando um pouco a nota, a distinção de Max Scheler em *O saber e a cultura*, entre o que chamou saber culto e saber erudito. Ambos aqui estão: o culto, no entendimento do problema; o erudito, na informação plena sobre ele, o que se fez, o que há, o que há a ser feito. O livro não é um acaso ou a intenção de escrever certo volume: é fruto de experiência, reflexão, amadurecimento. Denota vida inteiramente voltada a certo campo, que é convenientemente apreendido. Verifica-se, no caso, a coincidência de uma inclinação, um preparo e a oportunidade do exercício de determinadas funções públicas. O fato de José Honório Rodrigues ser historiador e ter sido professor no Instituto Rio Branco; Diretor da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional — quando deu impulso ao Serviço, notadamente à coleção dos *Documentos Históricos* e *Anais da Biblioteca Nacional* —; Diretor do Arquivo Nacional — que remodelou, modernizou, aplicando-lhe, na medida do possível, o que de melhor vira nos Estados Unidos e na Europa, com outros padrões de funcionamento, com a organização de cursos para especialistas no trabalho, com a edição de livros importantes sobre Arquivos e documentação e que deviam ser melhor conhecidos — a começar pelo memorável Relatório que escreveu ao assumir o cargo e que publicou em 1959, com o título *A situação do Arquivo Nacional* (que bem podia ter sido incluído entre os Anexos do volume que ora se edita). A passagem de José Honório Rodrigues por essa chefia representa o momento mais feliz da história da instituição e mesmo um dos melhores casos de exercício da função pública no Brasil — deve-se consignar. Lembrem-se ainda as missões que desempenhou, por iniciativa própria, oficial ou a convite, por quase todo o país, investigando o que existe em matéria de documentação e quais as deficiências que apresenta, ou viajando pelos Estados Unidos e pela Europa, cujos Arquivos conheceu e estudou. Todo esse passado, assinale-se, dá ao autor entendimento e visão do problema da História e da situação da historiografia no Brasil como ninguém pode ter. No caso, a oportunidade do exercício de funções, o preparo, a lucidez e o gosto do trabalho se conjugaram, para resultado feliz, que é a possibilidade de obra como a que vem fazendo o historiador carioca, que já tem um lugar na historiografia brasileira.

Creemos estar aí o melhor elogio que se pode fazer a José Honório Rodrigues: a importância do que escreve, pelo seu valor e repercussão, o papel do homem público que incentiva mudanças e já teve ocasião de realizá-las e o fato de escrever livros como *A pesquisa histórica no Brasil*, que só ele pode fazer, pela simples razão de que nenhum autor apresenta o mesmo conjunto de qualidades e experiências. Ao verificar o fato, assinale-se que não se quer significar que ele é o

maior historiador do país, em preocupação de ser categórico que nos parece um pouco ingênua. O desejo de fixar quem é o primeiro revela espírito de competição que tem algo de colegial. O que existe é uma primeira linha de autores. E aí é que ele forma. Há outros nomes — poucos, bem poucos — também importantes: há quem tenha escrito ensaios mais brilhantes, por maior poder literário ou de análise; há quem tenha realizado obra mais marcante em certa especialidade, por desejo delimitação de campo. José Honório Rodrigues, no entanto, é o melhor sistematizador das questões da História do Brasil e o que tem contribuído mais para a sua renovação em nossos dias, pela capacidade de trabalho e pelo entendimento da problemática nacional. O que mais tem refletido sobre ela ou repensado sobre sua forma e conteúdo.

Se tivéssemos que traçar resenha crítica de *Pesquisa*, além dos elogios que se impõem, teríamos que fazer algumas observações. Assim, se o autor está certo ao falar na “alertada consciência histórica imperial” (pág. 187) e na censura ao descaso das Universidades pela pesquisa, esta segunda crítica merece reparo. E’ exato, em linhas gerais, que “no Brasil não há pesquisa histórica, nem no Ministério da Educação, criado em 1930, nem nas Universidades federais ou estaduais, criadas também na década de 1930” (pág. 112). O próprio autor cita, duas páginas antes, o exemplo de Recife, cuja Universidade promoveu trabalhos de José Antônio Gonsalves de Melo Neto; se o caso é episódico, não se pode deixar de referir que a Universidade de São Paulo, estadual, há muitos anos dá sólido amparo às investigações históricas, como se poderia demonstrar com exemplos. E’ exceção que deve ser consignada. E mesmo no Ministério da Educação a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional promove buscas e cuida de documentos, embora a sua atividade principal seja o amparo às obras artísticas. A nota 67, da página 144, devia referir o melhor testemunho sobre o assunto, que não é nenhum dos citados, mas Tolstoi em várias passagens de *Guerra e Paz*. Na relação de Revistas de História, publicadas no país (pág. 171), falta a *Revista de História e Arte*, que se edita em Belo Horizonte desde Janeiro de 1963 e lançou seis números até o primeiro semestre de 1964 e cuja extinção ainda não foi declarada. A referência ao Estado Cartorial (págs. 208-209) devia ser explicitada: como está é empobrecedora, pois a expressão tem sentido mais amplo que o sugerido — não diz respeito apenas a Cartório, em significado estrito. Algumas distrações ou defeitos de redação poderiam ser apontados por crítico de miudeza (páginas 55, 149, 158, 207) — o que não nos parece razoável em obra importante. Lembre-se, por último, que o sexto sub-título da quarta parte — História e Literatura — devia ser mais rico, seja como colocação do tema, seja no aspecto exemplificativo. São reparos destituídos de relêvo, sabemos, mas que devem ser consignados.

Ao mesmo tempo que vai a segunda edição de *A pesquisa histórica no Brasil*, aparece a terceira de *Teoria da História do Brasil*. O livro exerceu e continua a exercer influência no meio universitário, para o qual foi escrito. E’ guia seguro para o entendimento do estudante, que pode, por ele, adquirir consciência do que é a matéria que vai estudar. Sabe-se também que o autor continua o seu esforço de buscas e reflexões sobre a História do Brasil: em plano que traçou, iniciado em 1949 — primeira edição da *Teoria* —, este sobre a *Pesquisa* é o segundo mo-

mento. A obra se completará com a *Historiografia*, ou *História da História do Brasil*, em que trabalha há algum tempo e da qual já publicou mesmo algumas partes (em espanhol, no México, dois volumes — *Historiografia del Brasil* — Siglos XVI e XVII), além de estudos esparsos. Obra longamente amadurecida, deve aparecer em futuro próximo e terá importância — pode-se afirmar sem temeridade, pelo que dela já se conhece. O conjunto *Teoria, Pesquisa e Historiografia* fará um tríptico básico para o conhecimento do Brasil: do ângulo da metodologia, levantamento de fontes e problemas e evolução dos estudos brasileiros será algo único. Demais, o autor promete uma *História do Brasil* e série de volumes de documentos básicos para o estudo da História do Brasil.

O que aqui fica é simples artigo para assinalar as reedições de dois livros de José Honório Rodrigues. Não é o estudo de sua obra, que deve ser feito e é tentação, mas requer maiores dimensões que o artigo. Aí, assinalar-se-á o que é o retrato do historiador. Suas obras — as que têm intuito sistematizador ou os ensaios sugestivos e até provocativos —, o que representam de originalidade no quadro de análises, em revisionismo não só pela amplitude de fontes como pela compreensão da História em função do Brasil moderno, sem o falsamento de interpretações unilaterais, o saudosismo, o país desligado do mundo, mas uma História que é fruto de pesquisa e que não se satisfaz no documento pelo documento, pois que o interpreta pela sensibilidade formada pela ciência social de sua época; uma História viva, que busca compreender o Brasil de agora, seus problemas pela evolução (lembre-se a justa atitude que defende no livro *Vida e História*, de 1966); a História que se pode notar naqueles que absorveram o espírito da ciência que cultivam. O que é raro entre nós, pelos vícios que deformam a maior parte da historiografia brasileira, que ora é feita sem pesquisa, ora sem interpretação, quase sempre com distorções de interesses regionais ou de grupos, ou que é cultivada, de maneira equívoca, como simples erudição, que se basta, ou do ângulo da extrema especialização (que pode ser legítima e fecunda, mas é limitada). José Honório Rodrigues é o homem da investigação servido pela metodologia rigorosa, pela riqueza interpretativa e pelo desejo de enquadrar o seu país no todo de que ele é parte. Não é repetidor do que já foi feito ou dito, mas prefere submeter tudo à crítica. Os largos panoramas de estudo é que o levam a novas visões, a um revisionismo permanente. Sua obra se afirma, pois, pela lucidez e pela operosidade. Daí seu alto significado e a imposição do nome de quem a elabora. A próxima publicação da *Historiografia do Brasil* e da *História do Brasil* fará um dos conjuntos mais ricos para a compreensão do país de ontem e de hoje, dando oportunidade ao estudioso e crítico de fixar com exatidão o retrato de seu autor.

FRANCISCO IGLÊSIAS

* * *

MAURO (Frédéric). — *Nova História e Novo Mundo*. Editora Perspectiva, São Paulo, 1969, 286 págs.

A coleção "Debates" que já se impôs pela qualidade de seus títulos, publica o primeiro volume dedicado especificamente à História — objeto da presente nota.

Trata-se de livro importante, pois é de Frédéric Mauro, que forma na linha dos melhores historiadores da França em nossos dias. O autor tem já obra ampla, de pesquisa original ou de divulgação. Queremos destacar aqui seu interesse por problemas da história americana. Trabalhando inicialmente em setor valorizado pelo mestre da historiografia francesa — Fernand Braudel —, Mauro publicou em 1960 *Le Portugal et l'Atlantique au XVIIe siècle, 1570-1670*. Tornou-se comum entre os historiadores daquele país a preocupação com a história dos mares, capítulo da história econômica. Braudel editou em 1949 *La Méditerranée et le Monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, que logo se tornaria clássico, abrindo caminho que já teve muitos seguidores. Entre os quais Mauro que se dedicou ao Oceano Atlântico, vendo-o sob o ângulo do aproveitamento pelos portugueses, em período em que eram eles, sobretudo, os grandes navegantes, cedendo o lugar depois a outros povos. O interesse do historiador pelo Brasil terá vindo como decorrência do estudo sobre Portugal e o Atlântico. Pouco depois, em 1963, publicaria *Le Brésil au XVIIe siècle*. Escreveu ainda inúmeros estudos sobre a história brasileira e a mexicana — foi professor na Faculdade de Economia, da Universidade de Nuevo Leon, em Monterrey, no México —, que divulgou em revistas. Ao mesmo tempo produziu obras importantes, como *L'Expansion Européenne (1600-1870)*, em 1964, dedicando-se ainda à reflexão e às pesquisas com o sentido da nova corrente que preocupa a historiografia em nosso tempo, marcada pelo cuidado mensurador.

A história quantitativa é das últimas palavras em metodologia. Os historiadores querem adotar os critérios que outras ciências sociais vêm usando com bons resultados, de modo a ultrapassar a fase impressionista que as caracterizava. O quantitativismo tem em mira conceder rigor científico às chamadas ciências sociais, no que tem obtido certo êxito. Sociólogos, políticos, antropólogos passaram a usar métodos mais severos de medida, no que foram antecidos pela Economia, que, pela sua natureza e pioneirismo no quadro das ciências sociais, foi a primeira a adotar os novos métodos, fazendo-o com resultados ainda não atingidos pelas outras. Estas, imitando-a, vêm construindo ou tentando construir modelos com o auxílio da Matemática e da Estatística, com êxito muitas vezes. Certos autores já podem orgulhosamente exibir os frutos de seus esforços, em nível equiparável aos modelos econômicos. A História, que foi a primeira disciplina a cuidar da sociedade e do homem, não podia ficar de lado, e começa a seguir as demais, no que está obtendo também resultados, seja em obras de estudo cujo objeto são casos concretos, seja na reflexão sobre a metodologia; assim enriquecida. A França ocupa lugar de relevo entre os que se dedicam à matéria. Por certo, o quantitativismo na História atinge em primeiro lugar a historiografia econômica, mas já chega também à social ou à política.

O livro que ora se edita trata convenientemente do tema. Como se vê pelo próprio título — que é belo e exato: *Nova História e Novo Mundo* —, reúnem-se aqui duas preocupações vivas de Mauro. “Nova História” é o estudo da técnica mais moderna, quantitativa, que é feito não só no plano teórico, como no plano prático, como se vê com os dois capítulos iniciais da primeira parte (“Teoria Econômica e História Econômica” e “A História, ciência do abstrato”) e alguns da segunda parte (como “Contabilidade teórica e contabilidade prática na América

portuguêsa” ou “O Livro Razão” de Coelho Guerreiro). “Nôvo Mundo” é a outra face das atenções do historiador. Aí, concentrou-se na História do Brasil, embora tenha escrito muito sôbre a mexicana (inclusive sôbre a história do desenvolvimento econômico de Monterrey) e mesmo de outros países do continente. E’ que o autor tem interêsse especial pelo Brasil, cuja realidade conhece muito bem, seja pelo estudo, seja por viagens. O conhecimento que tem da língua portuguêsã é perfeito, o que lhe permite ler a documentação dos séculos XVI ou XVII ou falar com fluência. Importante também é consignar a abertura relativamente aos problemas brasileiros, que o leva a captar a sua realidade profunda, pelo estudo das fontes, observação do país e do povo, completado pela simpatia. Aliás lembre-se que foi um compatriota seu — Auguste Saint-Hilaire — quem mais profundamente captou a peculiaridade brasileira e soube descrevê-la e interpretá-la. No livro que ora aparece, duas de suas preocupações máximas — a metodológica e a temática brasileira — estão presentes, recebendo tratamento feliz, de modo que a edição representa ajuda a estudiosos e pesquisadores brasileiros.

O desenvolvimento que Mauro dispensa a seus temas revela, inicialmente, erudição. Percebe-se que o autor leu tudo quanto existe sôbre o assunto, partindo daí para a investigação em arquivos, em fontes originais. Para essa fase do trabalho é bem aparelhado, pelo domínio das técnicas de pesquisa. Conhecedor em extensão da matéria histórica, pode apresentá-la do melhor modo, pois tem ainda o instrumental para a interpretação, que é o conhecimento de ciências sociais que lhe dão possibilidade de perceber o sentido das várias situações, que analisa com rigor. Demais, tem capacidade de perceber as sutilezas da mudança, o que é essencial no trabalho histórico. O conhecimento de teorias e de situações reais permite-se a exposição de umas e o entendimento de outras, como se vê nos vários capítulos.

Na primeira parte — “Nova História” —, assinale-se o estudo “Teoria Econômica e História Econômica”, em que há considerações felizes sôbre a aplicação de teorias de hoje a realidades do passado. O historiador da economia, ao tratar de épocas recuadas, usa o instrumental teórico que possui. E êste nem sempre é adequado, ou deve ter manipulação com muita cautela, pois as categorias da ciência de hoje podem não ter aplicação em outros quadros. Requer-se do historiador, pois, muita prudência, para não cometer anacronismos ou até disparates, criando situações que não tiveram lugar. O fato de a ciência econômica moderna ter noção de sistema, falar em renda, em conjuntura, enquanto em épocas passadas não se pensava nesses termos, não impede que o historiador utilize êsses conceitos. O século XVI não tinha noção de sistema, o que não impedia houvesse sistema aí; os fazendeiros do Brasil do século XVII não tinham idéia sôbre a renda, mas esta existia e tinha o seu fluxo; não se pensava em conjuntura até há pouco, o que não significa não apresentasse em cada época, com suas características. O próprio Mauro dá exemplo de análise feita na devida perspectiva ao estudar um caso — o da contabilidade de um engenho brasileiro no século XVII, como se vê nesse primeiro capítulo do livro e depois em outro — “Contabilidade teórica...”. Pôde usar categorias de hoje para esclarecer

uma situação antiga, sem distorções desta ou daquela, para que se adaptassem bem. Trata-se do uso feito com critério de seleção, rigor no uso de um modelo analítico. Procedimento do mesmo tipo é comum em Celso Furtado, economista que faz história econômica do Brasil, acusado muitas vezes de incidir em falta por seguir essa forma de trabalho — acusação infundada, como sabem os conhecedores da obra do economista-historiador.

Mauro coloca o problema em seus devidos termos, como se vê na defesa da legitimidade do método, em que se distinguem mais os economistas que fazem História que os historiadores, mais parcimoniosos, como é natural, no uso das categorias da ciência econômica. A matéria é retomada em “A História, ciência do abstrato”, em considerações sobre a História Econômica, quando estuda as diferentes atitudes dos cultores do ramo de estudo, admitindo quatro possibilidades: a de Hamilton, que aplica ao passado, “brutalmente”, a teoria econômica atual; a de Labrousse, que não é universalista, mas relativista, supondo que “cada sistema econômico possui suas leis próprias” (pág. 46); a de Romano-Chabert; e a de Fricman-Oskar Lange. A conclusão que tira é aceitável no primeiro parágrafo e contestável no segundo. Mauro escreve: “a História Econômica aparece como a ciência econômica retrospectiva por oposição à economia aplicada prospectiva de nossos economistas, servindo-se dela e construída sobre ela. Segue-se que o primeiro objetivo da história econômica consiste em ser útil aos economistas, devendo a história econômica aparecer com uma disciplina se não diretamente, ao menos indiretamente operacional” (pág. 51). Aceitamos a primeira parte, mas não nos parece que o objetivo da história econômica é ser útil aos economistas: é claro que ela o é, mas não como objetivo principal e sim como decorrência. O objetivo principal é o seu campo próprio de estudo, em que tem autonomia e que é suficiente para afirmá-la no quadro da História e dos estudos sociais em geral. Outra proposição, que nos parece enfática e discutível é a de que “a história econômica é a ciência econômica do passado” (pág. 79). Não é: ela tem algo mais e algo menos do que é afirmado pelo autor em frase que pode ser de efeito, mas que não tem rigor.

E há muito mais a ser discutido ao longo das páginas do livro, nos cinco capítulos da primeira parte ou nos dez da segunda, cujo comentário não nos é possível, pois tornaria extensa demais a resenha. O que lamentamos, pois há várias matérias sugestivas e dignas de nota, como o capítulo sobre mercadores e mercados-banqueiros portugueses no século XVII. Ou matéria discutível, como a afirmativa de que a produção de ouro em Minas “não cessará de aumentar até os anos 1760” (pág. 200).

O gosto pela História comparativa é freqüente, com boas exposições sobre a construção de navios na Europa Ocidental nos séculos XVI e XVII, sobre as economias coloniais do México e do Brasil e sobre a especificidade da economia do ouro de Minas e do café do Paraíba. E a amplitude das informações que lhe permite esses estudos, sempre esclarecedores, ultrapassando o nível de meros exercícios em que por vezes se comprazem em trabalhos do tipo autores menos qualificados. Eles são sugestivos e atraem certo tipo de historiador que tende a generalidades e a construções brilhantes, que muitas vezes não têm o mínimo de

consistência. Não é o caso, evidentemente, de Mauro, que não improvisa, mas investiga, lê, reflete e depois elabora os seus estudos, modelos interpretativos ou comparações. Elas se impõem naturalmente, não surgem de buscas forçadas de paralelos imaginários.

O volume termina com oportuno estudo “como desenvolver as pesquisas francesas sobre a História da América Latina”, com indicações sobre um trabalho que vem sendo feito e que pode ser incentivado: o pouco até agora obtido e as múltiplas tarefas que se apresentam, com material e temas a serem vistos, em programa que se impõe, no interesse do Brasil e da França.

Pode-se dizer, em resumo, que o êxito da obra de Frédéric Mauro é devido à sua erudição e à sensibilidade que tem para o social. Elas, exatamente, é que fazem as obras históricas de significado, que escapam do simples arrolamento, da narrativa, atingindo a exposição em que há o sentido convenientemente captado. A pesquisa sem a teoria é muito pouco, como a teoria sem a pesquisa pode significar simples reinterpretação ou exercício, perdendo-se muitas vezes em tom abstrato que costuma ser estéril. A conjugação das duas habilidades em Mauro é que explica o seu êxito como historiador e os méritos da obra que lança inicialmente no Brasil, recolhendo ensaios esparsos em revistas e que formam conjunto que tem unidade e coerência. Causa alegria ao brasileiro saber que o autor se sente atraído ainda por nossa História, voltando-se agora para os séculos XIX e XX, “cuja economia os historiadores negligenciaram em extremo”, como assinala no prefácio. E’ aí que têm melhor aplicação os métodos quantitativistas que expõe ou aplica. Muito se espera da colaboração desse francês que tem cuidados especiais com problemas brasileiros, aos quais já deu bastante no sentido de melhor esclarecimento.

FRANCISCO IGLÉSIAS

* * *

HUXLEY (Aldous). — *Eminência parda: um estudo de política e religião.*

Tradução e apresentação de Luís Carlos Lisboa. Editora Saga. Rio de Janeiro. 1967. 306 pp.

As guerras de religião que se seguiram à reforma protestante do século XVI, ensanguentando vários países da Europa acirradamente dividida entre católicos e reformados — guerras que, a rigor, só terminariam definitivamente com a paz de Westphália em 1648 — tiveram, por outro lado, o condão de fortalecer o poderio da Igreja Católica, tornando-a ainda mais ligada ao Estado, especialmente na França onde religião e política caminharão de mãos dadas por alguns séculos e onde a própria Igreja tornar-se-á mais partido político do que propriamente religião. Não foi por acaso e nem por mera coincidência que altas figuras do clero manobraram as rédeas do governo francês durante quase todo o século XVII.

E’ com esta idéia que devemos considerar a história interna da França — e por que não a de toda a Europa? — e é com esta idéia, sobretudo, que devemos ler a obra que Aldous Huxley dedicou a Frei José de Paris, a “eminência parda” do Cardeal Richelieu, o “homem que conduziu os destinos do mundo europeu oci-

dental no século XVII, lançando mão de tôdas as artimanhas políticas em nome de Deus". Em que pese o sentido de propaganda que esta frase colocada na contracapa do volume da Editôra Saga possa representar para o leitor menos avisado, no fundo ela traduz uma verdade. Homem de confiança de Richelieu e principal responsável pela política exterior da França ao tempo de Luís XIII, Frei José movia-se muito a vontade nesse cenário fabuloso, ombro a ombro com a simulação e a venalidade. Para êle, tudo era permitido, desde que servisse à causa dos Bourbons e da França, que era, no seu entender, o "instrumento da vontade de Deus no Mundo". A idéia não era nova. A nação francesa praticamente desde a sua constituição no início dos tempos medievais, tornara-se um baluarte da Igreja. Desde Carlos Magno. Desde São Luís e Filipe-Augusto. Novamente nas Cruzadas. Outra vez na Guerra dos Cem Anos. E quando a Europa divide-se em dois campos, por ocasião do movimento de Lutero e Calvino, aquêlê campo que se julgou mais representativo da verdade e da vontade de Deus novamente se acastelou na França, a "menina dos olhos da Igreja Católica", como passou a ser chamada. Nada a estranhar, pois, que ao tempo de Richelieu e de sua "eminência parda", Deus e França ou França e Deus confundam-se novamente. O *Dieu le veut* dos antigos cruzados poderia figurar nos braços bourbônicos, pelo menos enquanto êles são acirradamente defendidos por figuras do naipe do nosso biografado.

Com efeito, poucos períodos da História foram tão férteis em fermentação política e intriga internacional. Assim, a "eminência parda" que Richelieu apelidava de "Cavernoso-Tenebroso", podia, entre outras causas, justificar a Guerra dos Trinta Anos como uma "boa causa", achando que uma ação que difundia o canibalismo político e generalizava a prática da tortura e do assassinio estaria de acôrdo com a vontade de Deus, desde que fôsse de vantagem para a França. Frei José — lembra Luis Carlos Lisboa no prefácio que escreveu para o presente volume — aprendera a ver todos os homens da mesma maneira, como filhos de Deus que eram. Os homens, para o capuchinho, dividiam-se entre os que serviam a Deus (a França era instrumento divino) e os que o desserviam, levados pelo espirito do mal. A êsses não feria, mas envolvia nas suas malhas e habilidades. Seu poder de persuasão foi poucas vêzes igualado. Quando Molière escreveu o *Tartufo*, retratou cruelmente Frei José num dos seus personagens, exatamente aquêlê que era um hipócrita refinado. O que nele mais espanta é o paradoxo dos êxtases místicos entremeados às conferências com espões e agentes secretos. Como conciliar os excrícios espirituais com a luta para manter acesa uma guerra tão cruenta como a dos Trinta Anos? Pergunta o apresentador da obra de Huxley, para lembrar, em seguida, que os próprios contemporâneos de Frei José davam testemunho da irregularidade de seu comportamento.

Em apêndice, lembra Huxley o que se tem escrito na França sôbre o seu curioso biografado, desde Lepré-Balin que, dez anos após a morte da "eminência parda", começou a reunir documentos para um *Suplemento para a História da França*, que não chegou a ser publicado, tendo o manuscrito desaparecido do país e ido parar na Inglaterra, onde foi descoberto em 1890 por Gustave Fagniez. A obra que êste autor publicou em 1894 com o título *Le Père Joseph e Richelieu*,

embora desordenada e de pouco valor biográfico, foi uma das grandes fontes de informações em que se abeberou Aldous Huxley, juntamente com os primeiros cinco volumes da *Histoire du sentiment religieux en France*, de Brémond. Esse livro, que é ao mesmo tempo narrativa histórica, comentário crítico e antologia de uma literatura praticamente inacessível, figura entre as obras mais valiosas de erudição do presente século. Para quem possa se interessar pela psicologia dos seres humanos tais como são normalmente e como poderiam ser se pudessem, os volumes de Brémond são indispensáveis, como o são também aos que, mais modestamente, interessam-se pela história interna da França no século XVII.

Escrito com aquêlo estilo fluente e aquela argúcia de análise e de observação que já nos habituamos a ver no autor de *Contraponto*, estamos certos de que *Eminência parda* despertará interêsse entre o público brasileiro, notadamente entre os que apreciam a literatura histórica.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* *
*

LACIVER (Marcel). — *La population de Meulan du XVIIe au XIXe siècle (vers 1600-1870). Étude de démographie historique*. S.E.V.P.E.N. Paris. Coleção "Démographie et Sociétés". Publicação da École des Hautes Études. VIe Section. Centre de Recherches Historiques. 1969. 339 páginas. Preço — FR 62,70.

Situada na Ile-de-France, sôbre o Sena, a 40 quilômetros a oeste de Paris, Meulan está em contacto com duas regiões de economia complementares: o Vexin, produtor de cereais, e o Vale do Sena, vinhateiro.

A cidade alicerça sua prosperidade sôbre o comércio e o artesanato de couro. A natalidade é muito forte e, até 1760, a fecundidade legítima é muito elevada; a partir dessa data começa a limitação voluntária dos nascimentos nos casais, aumentando, entretanto, os nascimentos ilegítimos e concepções pré-nupciais.

A população sofreu muito com as crises de cereais e as epidemias da época de Luís XIV e aumentou rapidamente no XVIII século. A curva dos nascimentos e das mortes mostra uma sucessão de períodos de fluxos e refluxos. Essa população é muito móvel geograficamente e se renova muito rapidamente. A mortalidade é muito elevada até o fim do século XVIII, principalmente a mortalidade infantil e juvenil (cêrca de 50% de sobreviventes com 20 anos em 1789); aliás, alta fecundidade e grande mortalidade parecem estar sempre interligadas.

Esse livro inicia pois um nôvo aspecto da história demográfica urbana e mostra muito bem como as cidades têm um comportamento diferente do campo, mesmo nas proximidades de Paris.

E.S.P.

* *
*

Barbance (Marthe). — *Vie commerciale de la route du Cap Horn au XIXe siècle. L'Armement de A.-D. Bordes et Fils.* S.E.V.P.E.N. Paris. Publicação da École des Hautes Études. VIe Section. Centre de Recherches Historiques. Coleção "Ports, Routes, Trafics". 1969. 372 páginas. Preço: FR. 51,50.

Esta obra é um estudo de economia marítima. Retraça o desenvolvimento da navegação à vela entre a Europa e a América ocidental durante o XIX século, depois arruinada um século mais tarde pela abertura do Canal do Panamá, dificilmente acessível aos veleiros.

Foram os arquivos do maior armador de veleiros franceses da rota do Cabo Horn que serviram de base a êste estudo. Esses arquivos permitiram seguir com precisão a exploração do veleiro e sua evolução no decorrer do tempo, face à concorrência do navio a vapor que lhe tirou progressivamente seus passageiros e sua carga mais compensadora.

Êste estudo procurou precisar a natureza e o volume da carga transportada num e noutro sentido. Procurou-se, pelas mais importantes correntes comerciais seguir sua evolução, eventualmente o seu abandono durante o tempo. Pode-se verificar também a extensão progressiva da área comercial da rota do Cabo Horn, duma parte em direção ao Grande Oceano, doutra parte ao longo da costa ocidental da América.

A ação dos governos estrangeiros foi importante. As grandes potências foram protetoras intransigentes dos navios de sua bandeira, trabalhando sempre pela conquista de mercados necessários ao seu próprio desenvolvimento econômico. Assim, a primeira guerra mundial teve incidência nessa rota, pois ela servia para o aprovisionamento dos beligerantes, sobretudo em nitratos, tão necessários à fabricação de explosivos. Foi por isso que se consagrou um minucioso estudo da luta desigual do grande veleiro de carga contra o submarino.

E.S.P.

* *
*

ROCHE (Jean). — *L'administration de la Province du Rio Grande do Sul de 1829 à 1847.* Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1961. 294 págs.

Outra publicação que, não sendo nova, merece registro. Tendo permanecido algum tempo no Rio Grande do Sul, como professor contratado de sua Universidade, o Professor Jean Roche, da Faculdade de Letras de Toulouse, interessou-se vivamente pela terra gaúcha, publicando inúmeros trabalhos de pesquisa não só com relação à geografia, que é a sua especialidade, mas igualmente no que respeita à história, como o prova êste trabalho, apresentado originalmente como tese de doutoramento na Sorbonne. Escolhendo um assunto de história administrativa e institucional de uma província brasileira nos meados do século passado, o Professor Roche elaborou excelente trabalho de pesquisa arquivai, examinando especial-

mente os relatórios das administrações provinciais no período que tomou como base para o seu estudo. Fontes primárias e secundárias, utilizadas com critério e inteligência, sabendo tirar delas o necessário, dão ao volume do eminente professor francês um embasamento documental que bem poderá servir de modelo aos que desejarem se iniciar nas pesquisas históricas.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* * *

THOMPSON (George). — *A Guerra do Paraguai*, com um esboço histórico do país e do povo paraguaio e notas sobre a engenharia militar durante a guerra (*The War in Paraguay*). Tradução e notas de Homero de Castro Jardim. Editôra Conquista. Rio de Janeiro. 1968. 278 págs. (Coleção "Temas Brasileiros", nº 8).

Engenheiro civil, comissionado em tenente-coronel e encarregado do serviço de engenharia de López, a cujo estado-maior pertenceu, George Thompson publicou em Londres, em 1869, um dos livros mais bem informados, do lado paraguaio, sobre a guerra em que o Brasil, a Argentina e o Uruguai se empenharam contra aquêle ditador. Trata-se de um livro francamente hostil aos brasileiros, que seu autor se compraz em deprimir. "Sem embargo — diz o General Tasso Fragoso — não se pode deixar de levá-lo em conta, com as devidas cautelas, quando se estudam certos episódios sobre que êle devia estar mais bem informado que ninguém. Depois da guerra, foi essa obra a primeira que apareceu com o intuito de historiar o conjunto das operações até fins de 1868, razão por que muito se difundiu e dela se aproveitaram vários autores". A propósito, depõe ainda Arthur Cezar Ferreira Reis, diretor da coleção em que a obra foi incluída: "Informado de quanto ocorria, seu ódio ao Brasil fá-lo, porém, uma testemunha profundamente parcial. Seu texto tem de ser lido com as cautelas necessárias. Vale como fonte para conhecermos o pensamento reinante nos círculos oficiais paraguaios que êle freqüentava e onde deve ter colhido todo o material de que se valeu para escrever sobre os acontecimentos de que era singular participante em sua condição de estrangeiro num país onde as reservas aos estrangeiros compunham ainda uma constante. O que nos revela ou informa reflete, assim, um estado de espírito, forjado no rigor da campanha e sob os efeitos e as pressões dos sucessos e da parcialidade natural em quem estava de um lado a observar e a ter ação no que sucedia". "Ninguém procure encontrar neste livro — continua ainda o historiador amazonense — a história imparcial, fidedigna, autêntica, sincera, da guerra contra o Paraguai. Para entender os sucessos militares e anteriormente os fatos de ordem internacional, de política continental que podem conduzir a uma exegese honesta dos primórdios da guerra, será preciso fazer a leitura dos clássicos mais modernos, das várias partes em atuação: as obras de O'Leary, Efraim Cardoso, Heitor Francisco Decoud, Silvio Goana, Sanchez Quell, Justo Pastor Benitez, Arturo Bray, Cecílio Baez do lado paraguaio. Tasso Fragoso, Benjamin Bormann, Jourdan, Tôres Homem, Pereira da Costa, Teotônio Meireles, Dionísio Cerqueira, Mário Barreto, Garaztazu Tei-

xeira, Souza Doca, entre outros brasileiros. Do lado argentino, a obra máxima de Juan Beverina, como a que incidiu sobre as preliminares políticas, da autoria de Ramon Carcano. Por fim, o livro clássico de Schneider, com as anotações de Rio Branco e Mário Barreto". A primeira tradução da obra de Thompson apareceu no mesmo ano da edição inglesa (1869), impressa pela Tipografia Laemmert, Rio de Janeiro. Todavia, o tradutor, Antônio Augusto da Costa Aguiar, não se deu ao trabalho de apor à obra anotação de qualquer espécie, o que seria fundamental num livro desta natureza. Foi o que bem compreendeu o tradutor da presente edição, enriquecendo a obra com numerosas e eruditas notas. Tal como no caso da literatura dos mercenários do primeiro reinado (Seidler, Boesche, Schlichtorst, entre outros) ou de um ou outro viajante pouco justo com o Brasil (Expilly, Biard...) cujas obras encerram, contudo, valiosas informações sobre nosso país, mas que só devem ser postas à mão do leitor comum depois de convenientemente anotadas, para que se possa distinguir a verdade daquilo que não passa de erro, má vontade ou má fé, do autor. Assim, também, e até com muito mais razão, uma obra como esta do engenheiro inglês, por tratar de um momento delicado de nossa história, quando, como se sabe, a opinião internacional não era nada favorável ao Brasil. Até agora Thompson era conhecido dos estudiosos brasileiros através da tradução argentina de Diego Lewis e Angel Estrada, uma vez que a edição Laemmert de 1869 é tão rara quanto o original inglês. Mas, dessa tradução, além de nem sempre ser fiel ao original, diz o tradutor da edição de que ora nos ocupamos: "Os tradutores atenuaram algumas asperezas do autor para com os argentinos, embora usassem tal método às avessas quando somos nós os agredidos. Também quando Thompson relata com exagêro a bravura do soldado paraguaio, julgaram conveniente apresentar uma versão com tintas não tão fortes, deixando por menos a valentia de nossos adversários; mas, com relação aos brasileiros, carregam ou esbatem um pouco as côres, de sorte a acentuar, no quadro pintado por Thompson, os efeitos contrários ao exército e à marinha do Brasil". Enfim, pelo que se deduz, uma tradução tão tendenciosa quanto a própria obra... Dai o interesse desta nova edição brasileira, recuperando uma obra "quase perdida", dada a raridade do original e da primeira edição brasileira.

Algumas palavras, finalmente, sobre a coleção em que a obra de Thompson foi publicada: *Temas Brasileiros*, da editôra Conquista, Rio e Janeiro. Idealizada por Arthur Cezar Ferreira Reis, a quem a bibliografia histórica brasileira deve excelentes trabalhos, especialmente sobre a Amazônia, esta coleção já se impôs pela seriedade da seleção e, conseqüentemente, pela qualidade dos trabalhos até agora nela incluídos. Cremos desnecessário ressaltar a importância de mais uma coleção de estudos brasileiros. E além do mais, não se trata simplesmente de "mais uma" coleção, como se isto pudesse implicar numa preocupação de concorrência com outras coleções mais antigas e volumosas. Não. Os oito títulos que conhecemos da coleção *Temas Brasileiros* abordam assuntos sobre os quais nada encontramos nas demais coleções: iniciada com o estudo de José Francisco de Camargo sobre o "Êxodo rural no Brasil" (originalmente uma tese de concurso para a Universidade de São Paulo), a ele seguiram-se os trabalhos de Leandro Tocantins sobre o "Êxodo rural no Brasil" (originalmente uma tese de concurso para a

sôbre a "Praieira", o de Manuel Correia de Andrade sôbre a guerra dos Cabanos (do qual já nos ocupamos em outro local) e o de José Alípio Goulart sôbre "Tropas e Tropeiros na Formação do Brasil". A êstes vem juntar-se, agora, o do autor inglês sôbre a guerra do Paraguai. Como vêem, em se tratando de "temas brasileiros" há lugar para tudo e para todos. Assunto é que não falta. Que a coleção em tão boa hora iniciada por Artur Cezar Ferreira Reis prossiga no seu programa de sempre e com o mesmo critério de trazer ao nosso conhecimento novos temas brasileiros. Referência especial nesta coleção merece o bôm gôsto da capa, reproduzindo antiqüíssimo mapa de Pierre Desceliers, cartógrafo de Dieppe.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* * *

TÔRRES (Maria Celestina Teixeira Mendes). — *História do Bairro do Braz*. Edição do Departamento de Cultura da Municipalidade de São Paulo. São Paulo. 1969. 252 pp.

E' com grande satisfação que registramos a feliz iniciativa do Departamento de Cultura da Municipalidade paulistana em promover, anualmente, um concurso de monografias relativas à história dos bairros da cidade de São Paulo. E é com satisfação ainda maior que registramos que o primeiro prêmio do aludido concurso coube a uma professôra de Campinas, Maria Celestina Teixeira Mendes Tôrres, de quem não faz muito, registramos importante trabalho de pesquisa sôbre a vida e as realizações de um fazendeiro paulista do século XIX. Para o concurso de que saiu vitoriosa, a Professôra Maria Celestina Teixeira Mendes Tôrres apresentou uma monografia sôbre o Brás, a qual acaba de ser publicada oficialmente pela Prefeitura de São Paulo, através de seu Departamento de Cultura, cujo diretor, Leonardo Arroyo, em palavras de apresentação, soube referir-se ao concurso lembrando que "aos estudiosos da história da cidade de São Paulo não deve passar despercebida a importância de tais monografias. Do passado podemos contar com trabalhos de alta valia, todos êles fixando aspectos de uma cidade hoje inteiramente desaparecida. Graças a êsses cronistas e historiadores é possível, através de seus livros, acompanhar a profunda alteração histórico-social sofrida pela cidade. Com esta nova iniciativa mantém-se, ou se retoma, a continuidade histórica do conhecimento da cidade através de estudos mais modernos".

Ao ensaio de Maria Celestina T. M. Tôrres seguir-se-ão os outros classificados no concurso: o de Antônio Barreto do Amaral, sôbre Pinheiros; o de Sylvio Bomtempí, sôbre a Penha e o de Maria Helena Petrillo Berardi, sôbre Santo Amaro. A comissão julgadora dêste primeiro concurso foi integrada pela Professôra Myriam Ellis e pelos escritores e historiadores P. Brasil Bandecchi e Ernani Silva Bruno.

De há muito vem a Professôra Maria Celestina Teixeira Mendes Tôrres, portadora de excelente folha de serviços à causa do ensino em São Paulo, demonstrando acentuado pendor pela pesquisa histórica. Sua região natal — Piracica-

ba — constituiu o tema de seu primeiro trabalho, elaborado em colaboração com a Professora Alice P. Canabrava, e publicado no vol. 45 da *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, 1938. De então para cá, sempre que se lhe oferece oportunidade, tem voltado à pesquisa histórica, dando-nos excelentes provas na monografia a que aludimos e numa outra sobre o tradicional Jardim da Luz, de São Paulo. Seu interesse pela história paulistana levou-a, desta vez, a estudar o mais importante bairro da capital paulista e, pelo que estamos informados, pretende continuar suas pesquisas, tratando de outros bairros.

Nas metrópoles, em que os bairros apresentam uma individualidade marcante, cada um deles pode sugerir excelentes monografias. Foi o que Noronha Santos começou a fazer com relação ao Rio de Janeiro, e foi o que o grupo da Associação dos Geógrafos Brasileiros procurou realizar com a cidade de São Paulo, na excelente monografia elaborada por ocasião do quarto centenário da capital paulista, sob a direção de Aroldo de Azevedo. Quando participamos desse grupo (e coube-nos escrever sobre a evolução urbana de São Paulo) sentimos a falta de estudos como este que Maria Celestina Teixeira Mendes Tôrres vem de publicar. Com efeito, afora ligeiros e esparsos artigos de jornais e com exceção de um estudo de Alice P. Canabrava sobre as “chácaras” de São Paulo — estas mesmas chácaras que, retalhadas, transformaram-se em bairros — nada mais encontramos. Sabíamos, enfim, que os arquivos do Estado e da Municipalidade deviam encerrar para o qual reunira valiosa documentação, sabíamos da existência do Arquivo Aguirre, indispensável para o estudo da divisão da propriedade em São Paulo; sabíamos, enfim, que os arquivos do Estado e da Municipalidade deviam encerrar valiosas peças, fundamentais para o nosso trabalho. Mas, sabíamos igualmente, que nada disso havia sido pesquisado. Faltava, pois, o grande e necessário embasamento histórico para o trabalho geográfico que, então, empreendíamos. Eis a razão, pois, do aplauso irrestrito que damos à brilhante iniciativa do Departamento de Cultura, iniciando, através de concursos de monografias, o levantamento histórico de toda a cidade de São Paulo. Que isto possa servir de estímulo aos que desejarem iniciar-se no campo da pesquisa histórica e que a iniciativa não pereça. Ao contrário, que ela seja cada vez mais convidativa e possa reunir sempre maior soma de trabalhos.

Sobre o trabalho de Maria Celestina Teixeira Mendes Tôrres, assim se expressou o jornal *O Estado de São Paulo*: “A autora procedeu a exaustivas pesquisas nos arquivos da cidade, desde os primórdios da Igreja do colégio, para concluir que a mais antiga referência que se faz em documentos municipais a essa paragem (o Brás), caracterizada como tal, se encontra no termo de vereança de 1769, quando “se despacharam várias petições que concorreram das partes, e na mesma se passou um mandado dos moradores do Pari fazerem as pontes que ficam entre o caminho de José Brás até a chácara do Nicolau”. José Brás era um português que ali erigira uma capelinha em louvor ao Senhor Bom Jesus dos Matozinhos, e dele ficou apenas essa notícia, mas se perpetuou no nome da localidade. A autora refere-se à concessão de novas datas de terra, às pontes, ruas e praças que ali existiam até a primeira metade do século passado, ao recenseamento de 1836 e à planta da cidade em 1841. Na segunda metade do século,

demora-se em tratar da administração do dr. João Teodoro, do largo do Brás e de sua matriz, assim como de outras igrejas, do cemitério, das primeiras indústrias e do surto imigratório, reproduzindo as plantas da cidade que em várias épocas foram traçadas. O século XX leva-a a tratar do Conselheiro Antônio Prado, que governou a cidade de 1889 a 1910, de Washington Luís, do parque da Várzea, do Teatro Colombo, das porteiras, da Penha, de escolas e telefones, até chegar aos melhoramentos que o Brás recebeu nos últimos tempos". O volume, que consta de 252 páginas, é ilustrado com gravuras e mapas e encerra grande cópia de notas e documentos.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* * *

SILVA (Hélio). — *1935: a revolta vermelha*. Editôra Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1969. 476 pp.

Continuando seu vasto painel sôbre o "ciclo de Vargas", o autor trata, neste oitavo volume, de um dos momentos mais difíceis da éra pós-revolucionária, talvez a linha de menor resistência do longo período getuliano. Se os dois ou três primeiros tomos da obra — lembra o sr. Barbosa Lima Sobrinho ao apresentar o volume — puderam abranger fases mais longas, ou sucessos de mais destaque, o certo é que o encôntro do autor com o arquivo de Getúlio Vargas, que Alzira Vargas do Amaral Peixoto pôs à sua disposição, obriga um passo mais lento, para mais ampla utilização dêsse arquivo de alto valor histórico. O manuseio de tão ampla documentação vem influindo na inteligência e explicação dos sucessos. E' possível, até mesmo, que tenha alterado a orientação fundamental do historiador. O que poderia ser um libelo antigetulista acaba, por amor à verdade, não em exaltação sistemática, mas numa versão sóbria e exata dos acontecimentos e da figura central, que os procurava coordenar ou enfrentar com os recursos de uma personalidade indulgente e tolerante. O autor usa, como para os volumes anteriores, uma bibliografia difícil de igualar, e que vai dos jornais da época aos livros já publicados, sem omitir os depoimentos pessoais, insubstituíveis para certos casos. Tão ampla utilização de fontes dá à sua obra uma substancial fundamentação, sem a qual não passaria de obra panfletária ou de circunstância. Pela vasta documentação que êle está sendo o primeiro a utilizar, seus volumes serão, para o futuro, fonte preciosa e indispensável para o conhecimento de um dos períodos mais movimentados da história brasileira, aquêle em que se iniciou o nosso processo revolucionário.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* * *

WESTPHALEN (Cecília Maria), MACHADO (Brasil Pinheiro) e BALHANA (Altiva Pilatti). — *Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Pa-*

raná modeno. Departamento de História da Universidade do Paraná. Curitiba. 1968. 52 págs.

Cecília Maria Westphalen, Brasil Pinheiro Machado e Altiva Pilatti Balhana, professores da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná (Curitiba) respondem por esta “nota prévia” na qual foi enfatizada a análise dos problemas relacionados com a ocupação da terra, no Paraná, no século XX, “tempo em que os movimentos agrários explodem significativamente, seja sob a forma de séries de ações isoladas, individuais, seja sob a forma de ações coletivas de massa que, algumas, alcançaram expressão e repercussão nacional e mesmo internacional”. A ocupação, neste século, das terras não desbravadas do Paraná resultou, em pequena escala, de movimentos expansionistas internos, sob a forma de ocupação isolada e espontânea, operada pelos excedentes da população rural, constituída, sobretudo, de agregados que o sistema de criação extensiva não comportava nas terras de campo do Paraná tradicional. Porém, a ocupação em larga escala dessas terras foi o resultado de dois movimentos expansionistas, diversos na sua motivação cujos centros de dispersão estavam localizados fora do Paraná, e que praticamente penetraram ao mesmo tempo em território paranaense. As formas de ocupação foram, de certa maneira, semelhantes, embora diferenciados os objetivos da produção, com a cultura do café no Norte do Estado, e no Oeste com a cultura de cereais e a criação de suínos, mas predominando sempre em ambas a forma de ocupação colonizadora. “Aqui se trabalha”, bem poderiam os colegas de Curitiba adotar o *slogan* utilizado pelo governador do Estado vizinho na propaganda de sua administração. Com efeito, há várias ocasiões que vimos noticiando atividades do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná e longe estamos de ter noticiado tudo. O sentido de utilidade prática que vem sendo dado às suas pesquisas constitui salutar exemplo de que muito poderão beneficiar-se as demais Faculdades de Filosofia do país. Sem despojá-la de suas vestes arcaicas, pretéritas, dar-lhe igualmente um sentido de ciência atual, de tanta utilidade quanto a economia, a geografia, a sociologia ou a estatística, cremos ser isto o que há de mais meritório na lição que nos vem dando os prezados colegas paranaenses.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* * *

MACHADO NETO (A. L.). — *História das idéias jurídicas no Brasil*. Editôra Grijalbo e Editôra da Universidade de São Paulo. Prefácio de Miguel Reale. São Paulo. 1969. 236 pp.

Complementando a série “História das idéias no Brasil”, da qual uma importante trilogia já foi publicada (idéias filosóficas, idéias religiosas e idéias estéticas) a Editôra Grijalbo, ainda em colaboração com a Universidade de São Paulo, oferece-nos agora esta *História das idéias jurídicas no Brasil*, da autoria de ilustre professor da Universidade da Bahia. Os Professores Miguel Reale

(no prefácio) e Irineu Strenger (na orelha da capa) chamam a atenção para o valor do livro do jurista baiano. Longe de interessar apenas à ciência do Direito, como pode parecer à primeira vista, interessa a tôda a história da cultura brasileira no século XIX e XX, da qual o Direito foi inegavelmente uma das mais altas expressões. Em quatro capítulos, o autor estuda “A tradição jusnaturalista”, “A renovação da idéias no século XIX”, “A Sociologia jurídica da Escola do Recife” e “A teoria jurídica do século XX”.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* * *

JAGUARIBE (Hélio). — *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político: uma abordagem teórica e um estudo do caso brasileiro*. Editôra Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1969. 236 pp.

A presente obra foi publicada originalmente em 1962. Revista e atualizada, foi publicada novamente em 1967, nos Estados Unidos, com o título e subtítulo de *Economic and Political Development — A Theoretical Approach and a Brazilian Case Study*. A atual edição é praticamente reprodução do texto divulgado nos Estados Unidos sob o patrocínio da Universidade de Harvard. O próprio autor confessa que “o curto lapso de tempo decorrido desde a edição americana dispensou agora novas alterações”. Como o subtítulo o indica, a uma abordagem teórica segue-se o estudo concreto do caso brasileiro, e é nesta segunda parte que o estudante de história do Brasil vai encontrar páginas magníficas e de grande atualidade. “O livro de Hélio Jaguaribe — lembra o apresentador do volume — é uma obra que contribui para o esclarecimento dos complexos problemas sociais e econômicos do mundo subdesenvolvido. É também corajosa, e não deixa de ser um sinal dos tempos dizer que uma obra objetiva e analítica é corajosa. Ocorre que êsses tempos são de retumbantes afirmações e os autores precisam de coragem para continuar a análise de pulso firme naqueles momentos chamados “delicados” em que o encôntro com a verdade não é de fácil assimilação popular ou das correntes políticas atuantes. A análise de Hélio Jaguaribe não contém, por isso, acessórios inúteis e superficiais. O leitor sente a agradável sensação de que o autor confia na sua inteligência”.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* * *

BITTENCOURT (B. P.). — *A forma dos Evangelhos e a problemática dos sinóticos*. Imprensa Metodista. São Paulo. 1969. 172 págs.

O eminente teólogo metodista Dr. B. P. Bittencourt, de quem há pouco noticiamos importante estudo sobre o Novo Testamento, apresenta-nos agora substancial e bem fundamentado livro sobre a “forma dos Evangelhos”. Tal obra re-

sultou da necessidade sentida pelo autor quando professor a Faculdade de Teologia de sua Igreja, de comunicar aos seus alunos a contribuição de um grupo de críticos alemães, mormente Bultmann, para a compreensão da forma dada aos Evangelhos pelos respectivos autores, bem como de sua origem. Temas sumamente controvertidos — lembra o autor — situam-se em terreno ingrato por tratar-se de literatura religiosa, para muitos intocável. O autor não deixa de reconhecer o sentido da inspiração sagrada da Escritura, especialmente dos Evangelhos. Entretanto, apercebe-se também do fato de que os autores inspirados eram homens e a literatura que produziram é também humana, com os percalços e falhas da forma, tudo muito próprio do gênero humano. Tal como o livro que foi objeto de nosso registro anterior, também este interessa não apenas aos teólogos ou estudantes de teologia, mas igualmente aos estudiosos da história da Igreja. Destinando-se, como foi dito, a seus alunos da Faculdade de Teologia, soube o autor revesti-lo de caráter acentuadamente didático, sem com isto sacrificar a erudição e a profundidade do tratamento do assunto. Obra que vem enriquecer a bibliografia teológica brasileira, esta do preclaro pastor metodista que, conforme foi lembrado em outra ocasião, reside em Campinas e aqui desempenha sua atividade pastoral à frente de uma das principais igrejas evangélicas da cidade.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* * *

AYROSA (Plínio Marques da Silva). — *Estudos tupinológicos*. Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo. 1967. 112 pp.

Para a formação dêste volume (publicação nº 4, do Instituto de Estudos Brasileiros), o Professor Carlos Drumond selecionou algumas das muitas páginas deixadas por Plínio Ayrosa, fundador e primeiro professor da Cadeira de Etnografia e Língua Tupi-Guarani, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Na *Revista do Arquivo Municipal*, em *O Estado de São Paulo* e em publicações especiais da própria Cadeira, muito escreveu Plínio Ayrosa, ora sobre problemas lingüísticos relativos à língua tupi, ora sobre a influência do tupi no vocabulário corrente do Brasil, especialmente de São Paulo. Do volume *Têrmos tupis no português do Brasil*, o organizador destacou os verbetes *Caboclo*, *Capoeira*, *Coivara*, *Mameluco* e *Muchirão*. A seguir, foi escolhido o trabalho *Subsídios para o estudo da influência do tupi na fonologia portuguesa*, publicado originalmente nos *Anais do Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada* e, finalmente, considerando o difícil acesso aos estudiosos de assuntos pertinentes aos primeiros moradores do planalto paulista do que é valiosa contribuição ao ainda insolúvel problema dos índios *guaianá*, o Prof. Carlos Drumond julgou de interesse reeditar os artigos que Plínio Ayrosa publicou no jornal *O Estado de São Paulo* sob o título de *Tupí-guaranis e guaianás*. “Escritos há aproximadamente trinta anos, — observa o Prof. Drumond — é natural que algumas das assertivas ou idéias expostas pelo autor possam merecer reparos por parte de estudiosos do

assunto, principalmente, supomos, no que diz respeito à influência do tupí na fonologia portuguesa, aspecto discutível e bastante controverso, ou no que concerne ao problema dos guaianá, pois tôdas as provas e argumentos até agora apresentados, tendo por objeto resolver o problema da filiação lingüística dêstes índios do planalto paulista, não são de todo convincentes, a ponto de ainda não ser possível categoricamente afirmar se os guaianá pertenciam ou não à família tupí-guaraní”.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS